

Violências do desenvolvimento azul: governanças, conflitos e cercamentos no Pacífico
Violences of blue development: governance, conflicts, and enclosures in the Pacific

José Valencia

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Rural (PGDR). Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS), Brasil

Rumi Regina Kubo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Rural (PGDR). Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS), Brasil

Francisco Araos

Universidad de Chile, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Antropología.
Santiago, Región Metropolitana (RM), Chile

GT 13 - Estudos Interdisciplinares no rural

Resumo: Buscamos analisar conflitos socioambientais e violências que emergem nas zonas marinho-costeiras no sul do Chile, com foco na *Región de Los Lagos*, a partir da sobreposição de usos, normativas e projetos de desenvolvimento que incidem sobre os maritórios do Pacífico Sul. Ancorada em uma abordagem da sociologia rural crítica e da ecologia política, a pesquisa examina como diversos atores - coletivos indígenas, pescadores artesanais, estado, setor empresarial, sociedade civil organizada, entre outros - disputam sentidos, práticas e formas de governança do território marinho-costeiro. O estudo tem como eixo empírico alguns processos de solicitação dos *Espacios Costeros Marinos de Pueblos Originarios (ECMPO)*, instituídos pela Lei Lafquenche (Chile, 2008). A partir de etnografia multissituada e análise documental, investiga-se como essas disputas revelam tensões entre modos de vida historicamente enraizados no uso comum dos oceanos e modelos neo-extrativistas associados à economia azul, à aquicultura industrial e à financeirização da natureza. Ao problematizar a expansão de marcos normativos e políticas globais sobre o mar e sua sociobiodiversidade, o trabalho discute em que medida tais instrumentos produzem processos de cercamento, fragmentação social e aprofundamento das inequidades, ou seja, violências. Ao mesmo tempo, abrem brechas para estratégias de resistência, alianças e alternativas territoriais ao desenvolvimento hegemônico. Argumenta-se que os conflitos analisados expressam uma fratura territorial, distributiva e ontológica entre racionalidades distintas de relação com a natureza, evidenciando múltiplas violências e limites estruturais das promessas contemporâneas de sustentabilidade e governança ambiental. Por fim, o estudo, ainda em construção, contribui para o debate sobre alternativas ao desenvolvimento, ao situar a violência como um espaço central de disputas políticas, territoriais, ecológicas e civilizatórias no contexto da crise socioecológica global.

Palavras-chave: Economia azul, neo-extrativismo, pesca artesanal, maritórios, territorialidades.

Abstract: This study seeks to analyze socio-environmental conflicts and forms of violence emerging in the marine coastal zones of southern Chile, with a focus on the *Región de Los Lagos*, in the context of overlapping uses, regulatory frameworks and development projects shaping the maritories of the South Pacific. Grounded in critical rural sociology and political ecology, the research examines how diverse actors (indigenous collectives, artisanal fishers, the state, the business sector and organized civil society, among others), contest meanings, practices and modes of governance over marine-coastal territories. The empirical core of the study centers on selected application processes for the *Espacios Costeros Marinos de Pueblos Originarios (ECMPO)*, established under Chile's Lafquenche Law. Through multi-sited ethnography and documentary analysis, the research explores how these disputes reveal tensions between ways of life historically rooted in the common use of the oceans and neo-extractivist models associated with the blue economy, industrial aquaculture and the financialization of nature. By problematizing the expansion of regulatory frameworks and global marine policies addressing oceans and their sociobiodiversity, the study discusses the extent to which such instruments generate processes of enclosure, social fragmentation and the deepening of inequalities; that is, forms of violence. At the same time, these processes open up spaces for resistance strategies, alliances and territorially grounded alternatives to hegemonic development. It is argued that the conflicts analyzed express a territorial, distributive and ontological fracture between competing rationalities in human-nature relations, exposing multiple forms of violence and the structural limits of contemporary promises of sustainability and environmental governance. Finally, this ongoing research contributes to debates on alternatives to development by positioning violence itself as a central arena of political, territorial, ecological and civilizational struggle within the context of the global socio-ecological crisis.

Keywords: Blue economy, neo-extractivism, small-scale fisheries, maritories, territorialities.

1. Introdução

As zonas marinho-costeiras têm sido objeto de crescente interesse por parte de políticas públicas, organismos internacionais e investimentos privados associados à chamada economia azul (Moura; Diegues, 2024). Este paradigma promove os oceanos sob o argumento de conciliar crescimento econômico e conservação ambiental. No entanto, sua implementação ocorre em contextos historicamente marcados por inequidades estruturais, conflitos territoriais e disputas pelo acesso-controle de bens comuns. No sul do Chile, a intensificação da aquicultura industrial e a crescente institucionalização de políticas de ordenamento espacial, entre outros, têm produzido processos de sobreposição de usos-interesses que tensionam modos de vida de comunidades costeiras (Álvarez; Hidalgo, 2018). Neste contexto, o problema central da pesquisa - em desenvolvimento - consiste em compreender como se configuram as dinâmicas sociopolíticas associadas à sobreposição de usos, direitos e interesses no marítório do sul do Chile.

2. Revisão da Literatura

Os oceanos têm assumido centralidade nos debates sobre desenvolvimento, governança ambiental e sustentabilidade, particularmente a partir da consolidação do paradigma da economia azul. Esse conceito emerge da expansão de políticas globais orientadas à compatibilização entre crescimento econômico e uso de recursos hidrobiológicos (Havice; Zalick, 2019). Apresentado como alternativa às formas tradicionais de exploração de recursos, a economia azul estaria reconfigurando, em novas bases institucionais e discursivas, processos históricos de apropriação da natureza, associados ao neoextrativismo e à financeirização dos bens comuns (Moura; Diegues, 2024). No contexto sul-americano, tais transformações incidem sobre territórios historicamente habitados por comunidades costeiras. A partir das contribuições da ecologia política, compreende-se que as disputas em torno do uso e da governança dos recursos naturais expressam relações de poder que produzem violências, por exemplo, inequidades distributivas, espaciais e/ou territoriais (Zhour, Laschefski, 2010).

No caso dos *Espacios Costeros Marinos de Pueblos Originarios*¹ (ECMPO), a categoria-conceito marítório destaca que o oceano não constitui um espaço vazio ou homogêneo, mas sim um território socialmente produzido por múltiplas relações (Araos et al., 2020). Tal abordagem permite compreender que as águas são, simultaneamente, espaços de

¹ São espaços marinhos delimitados, cuja administração é entregue a comunidades indígenas ou associações delas que tenham exercido o uso consuetudinário desse espaço constatado pela *Corporación Nacional de Desarrollo Indígena* no Chile (CONADI).

trabalho, subsistência, circulação, memória e reprodução sociocultural, configurando territorialidades específicas que entram em tensão com processos de ordenamento espacial.

3. Metodologia

A pesquisa em desenvolvimento tem adotado uma abordagem qualitativa baseada em uma etnografia multissituada (Marcus, 2011), combinando trabalho de campo (com foco na *Región de los Lagos*, sul do Chile), análise de documentos e marcos regulatórios (políticas de ordenamento espacial marinho junto com legislação pesqueira, ambiental e indígena). Desde o ano 2023 são realizadas entrevistas semiestruturadas com lideranças da pesca artesanal e indígenas, representantes do setor público e organizações da sociedade civil. A triangulação de fontes permitirá identificar convergências e divergências entre diferentes perspectivas sobre a temática de estudo.

4. Resultados

Os resultados preliminares indicam que a expansão da economia azul vem reconfigurando os arranjos institucionais e territoriais que regulam o acesso e o uso dos bens comuns hidrobiológicos. A intensificação da aquicultura industrial, da pesca de larga escala, de projetos energéticos e de instrumentos de conservação contribui para ampliar a sobreposição de usos e normativas, gerando disputas pelo controle, gestão e significado dos marítórios no sul do Chile. Esses processos tendem a produzir tensões e exclusões quando não reconhecem plenamente direitos territoriais, práticas tradicionais e sistemas de conhecimento de comunidades costeiras e povos indígenas, configurando distintas formas de violência. Tais violências se manifestam tanto no plano económico e material, por meio de restrições de acesso aos recursos e transformações nos regimes de trabalho, quanto no plano político e epistemológico, ao deslegitimar territorialidades históricas. Os casos, ainda em análise, sugerem que atores locais mobilizam estratégias diversas frente à expansão de projetos associados à economia azul, incluindo, por exemplo, o uso de instrumentos jurídicos como os ECMPO, e a construção de alianças multiescalares. Esses processos evidenciam que a crise socioecológica contemporânea não se restringe, apenas, a uma problemática ambiental, mas constitui um campo de disputa política relacionado à distribuição de poder, recursos e legitimidade sobre formas de governança dos bens comuns. Nesse sentido, a economia azul emerge como um espaço de controvérsia no qual se confrontam distintos projetos de futuro para os oceanos e suas territorialidades.

5. Considerações finais

A pesquisa contribui para o debate sobre governança marinho-costeira ao evidenciar, preliminarmente, as contradições da economia azul em contextos marcados por violências, inequidades e disputas pelo acesso aos bens hidrobiológicos. O estudo procura seguir ampliando a compreensão das transformações do trabalho, dos modos de vida e das territorialidades associadas a comunidades costeiras, destacando o caráter socialmente produzido dos maritórios e suas múltiplas escalas de violências e, também, alianças. Os resultados indicam que a expansão e sobreposição de mecanismos-instrumentos normativos vinculados ao neoextrativismo podem intensificar processos de cercamento, fragmentação territorial e aprofundamento de inequidades, configurando distintas formas de violência (materiais, simbólicas e políticas). Ao mesmo tempo, os conflitos que emergem nos maritórios do Pacífico Sul revelam estratégias de resistência e construção de alternativas orientadas à justiça socioecológica, evidenciando que as disputas pelo controle e significado da natureza expressam tensões distributivas, territoriais e epistemológicas que desafiam os modelos hegemônicos de desenvolvimento.

Referências

Araos, f.; Catalán, e.; Álvarez, r.; Núñez, d.; Brañas, f.; Riquelme, W. Espacios Costeros Marinos para Pueblos Originarios: usos consuetudinarios y conservación marina. Universidade de Brasília. Anuário Antropológico v. 45, n.1, pp. 47-68 p., 2020.

Álvarez, R.; Hidalgo, C. La movilidad insular “asfixiada” en el mar interior de Chiloé. Revista Líder. V. 20, n. 33, p.127-150, 2018.

Havice, E.; Zalick, A. Ocean frontiers: Epistemologies, jurisdictions and commodification. International Social Sciences Journal, 68 (229-230): 219–235 p., 2019.

Marcus, G. Multi-sited Ethnography: Five or Six Things I Know About It Now. Publicado en Multi-Sited Ethnography: Problems and Possibilities in the Translocation of Research Methods. Editado por Coleman and Hellermann. London: Routledge. 16-32 pp., 2011.

Moura, G.; Diegues, C. The Faces of the Capitalist Modernization of Fishing in the Far South of Brazil from a Perspective of Socioenvironmental Oceanography (1940s to 1990s). Latin American perspectives, 2024.

Zhourí, A.; Laschefski, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. (Orgs.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte, Editora UFMG, 11-33 p., 2010.